

Apesar de prever queda em torno de R\$ 7 bilhões na arrecadação, o governo não cortou mais gastos para o Orçamento de 2015. Segundo o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado hoje (22) pelo Ministério do Planejamento, a equipe econômica manteve a meta de superávit primário – economia para pagar os juros da dívida pública – em 0,15% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país).

Enviado ao Congresso a cada dois meses, o relatório contém revisões dos parâmetros da economia e das projeções de receitas e despesas que permitem o acompanhamento da execução do Orçamento Geral da União. Embora seja divulgado pelo Planejamento, as estimativas para a economia são de autoria da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. As previsões de arrecadação são elaboradas pela Receita Federal.

De acordo com o relatório, a estimativa de arrecadação federal para este ano caiu de R\$ 1,325 trilhão para R\$ 1,318 bilhão, queda de R\$ 7,080 bilhões. Os principais responsáveis pela redução são a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), com recuo de R\$ 3,996 bilhões, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com recuo de R\$ 3,658 bilhões, e o Imposto de Renda, com retração de R\$ 3,242 bilhões.

Os três tributos são os principais responsáveis pela queda das receitas do governo neste ano por causa da contração da indústria, no caso do IPI, e da redução do lucro das empresas, no caso do Imposto de Renda e da CSLL.

O governo também reduziu a previsão de arrecadação com receitas não relacionadas a tributos. A estimativa de pagamento de dividendos das estatais ao Tesouro Nacional caiu R\$ 1,051 bilhão, de R\$ 17,043 bilhões para R\$ 15,991 bilhões.

Os dividendos são a parcela do lucro que as empresas pagam aos acionistas. No caso das estatais federais, o principal acionista é o Tesouro Nacional. As receitas com concessões de portos, aeroportos, rodovias e telefonia, no entanto, foram mantidas em R\$ 18,252 bilhões.

Por causa da queda do preço do petróleo, que diminui o pagamento de royalties, a estimativa com receitas de cota-parte de compensações financeiras em 2015 caiu R\$ 1,766 bilhão, de R\$ 31,112 bilhões para R\$ 29,345 bilhões. Para chegar à variação negativa de R\$ 7,080 bilhões, a equipe econômica aumentou a previsão de arrecadação de receitas extraordinárias em R\$ 5,845 bilhões, de R\$ 45,937 bilhões para R\$ 51,782 bilhões.

Para reforçar o caixa com receitas extraordinárias ainda este ano, o governo conta com a aprovação do projeto de lei de repatriação de recursos mantidos no exterior, com programas especiais de renegociação de dívidas como o Prorelit e a abertura de capital (venda de ações no mercado) da Caixa Seguridade e do Instituto de Resseguros do Brasil.

Mesmo com a queda na arrecadação bruta, o governo não fez novos cortes de gastos porque entendeu que o recuo na arrecadação do IPI e do Imposto de Renda fará o governo federal repassar menos aos estados e aos municípios.

Dessa forma, a estimativa de receita líquida federal caiu apenas R\$ 11,3 milhões. A quantia não precisou ser compensada com cortes de gastos porque o governo revisou para baixo, no mesmo valor, a estimativa de despesas obrigatórias, que não podem ser cortadas.

No início do ano, a meta de esforço fiscal para União, estados, municípios e estatais em 2015 era de R\$ 66,3 bilhões (1,1% do PIB). Desse total, R\$ 55,3 bilhões correspondiam ao Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) e R\$ 10 bilhões para os governos locais.

Por causa da crise econômica, que diminuiu a arrecadação, o governo reduziu a meta de superávit primário para 0,15% do PIB (R\$ 8,7 bilhões). Desse total, R\$ 5,8 bilhões (0,1% do PIB) correspondem ao Governo Central e R\$ 2,9 bilhões (0,05% do PIB), aos estados e municípios.

**Fonte:** [Agência Brasil](#), em 22.09.2015.